

NOME DO CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

ESCOLA


SALA

ORDEM

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**INSTRUÇÕES GERAIS**

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **70 (setenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **5h30 (cinco horas e meia)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva e a transcrição para o Texto Definitivo da Peça Processual.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e as Folhas de Respostas das Provas Objetiva e da Peça Processual. A Folha de Respostas da Prova Objetiva e o texto transcrito no campo Texto Definitivo da Peça Processual serão os únicos documentos válidos para correção.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 03 (três) últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo e saindo juntos da sala.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta ou azul.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:


- Todas as questões deverão ser respondidas.

INSTRUÇÕES – PEÇA PROCESSUAL

- Use caneta transparente de tinta preta ou azul.
- A Peça Processual deverá ser escrita com letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais de acentuação e pontuação.
- O mínimo a ser redigido é de 20 (vinte) e o máximo é de 30 (trinta) linhas.
- O rascunho é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal da sala.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.

02/2015

Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência.

NOME DO CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70					

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos** (www.cetroconcursos.org.br) a partir do dia **09 de fevereiro de 2015**.

PROCURADOR JURÍDICO (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

1. No que se refere aos princípios administrativos constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação de parente por afinidade, de 4º grau, de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em função gratificada na Administração Pública indireta, no Poder Legislativo do município, viola os princípios administrativos constitucionais.
- (B) A previsão em lei estadual de excepcionar, mediante a permissão limitada, a nomeação, a admissão ou a permanência de parente de autoridade não ofende os princípios administrativos constitucionais.
- (C) Ato de remoção de servidor público obedece à discricionariedade da Administração Pública, não ferindo, portanto, quaisquer dos princípios administrativos constitucionais.
- (D) A edição de atos regulamentares ou vinculantes por autoridade competente para a orientação da atuação dos demais órgãos ou entidades a ela vinculados, quanto à configuração do nepotismo, é suficiente, afastando a possibilidade e necessidade de, em cada caso concreto, proceder-se à avaliação das circunstâncias de acordo com os princípios administrativos constitucionais.
- (E) A dispensa de empregado de empresa pública que presta serviços públicos não precisa ser motivada, sendo resguardada a discricionariedade do ente, não ferindo nenhum dos princípios administrativos constitucionais.

2. Acerca das características que distinguem os entes da administração indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Em decorrência de sua personalidade jurídica mista, os atos constitutivos e o estatuto devem ser registrados de acordo com as regras do Código Civil.
- (B) Os Territórios, entes despidos de autonomia, que executam, por delegação, algumas funções próprias de Estado são uma modalidade de associação pública.
- (C) A indicação de presidente de uma fundação pública, diferentemente de uma autarquia, não precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo.
- (D) O fato de a empresa pública ser pessoa jurídica sob o controle do Estado demonstra que ela se trata de uma pessoa jurídica de direito público.
- (E) A justiça comum é competente para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

3. No que se refere ao ato administrativo classificado como punitivo, analise as assertivas abaixo.

- I. O ato administrativo punitivo tem presunção de legitimidade e veracidade.
- II. A aplicação do ato administrativo punitivo não se restringe a servidores públicos.
- III. Uma das modalidades de sanção em vigor, decorrente da Lei de Falências, é a prisão administrativa.
- IV. A consumação da infração administrativa, assim como o ilícito penal, depende da indicação do grau de culpabilidade.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

4. Dado que a garantia é uma das cláusulas consideradas essenciais de um contrato administrativo, nos moldes da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), assinale a alternativa correta.

- (A) A garantia a ser apresentada não pode exceder a 2% do valor dos contratos em geral.
- (B) Nos contratos de grande complexidade, aplica-se uma exceção, permite-se o aumento do limite da garantia para até 15% do valor do contrato.
- (C) Títulos da dívida pública somente podem ser oferecidos em papel e em formato escritural, desde que fique sob os cuidados do ente público contratante.
- (D) Uma vez executado o contrato, a garantia em dinheiro será restituída, mediante atualização monetária.
- (E) A garantia, nos contratos que importem entrega de bens à Administração Pública e que o contratado figura como depositário, é o valor desses bens.

5. Acerca dos Convênios Administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A aprovação de um convênio que resulte em encargo não previsto na lei orçamentária depende de autorização legislativa.
- (B) A celebração de convênio, em regra, depende de processo licitatório.
- (C) No convênio, inexistente perseguição de lucro, e os resultados financeiros empregados servem para cobertura dos custos necessários à sua operacionalização.
- (D) O convênio público, diferentemente daquele constituído apenas por pessoas jurídicas de direito privado, extingue-se com a saída de uma das entidades fundadoras.
- (E) A assinatura de convênio de prestação de serviço de uma empresa para um ente público garante, aos seus funcionários, estabilidade aplicada a servidores públicos.

6. De acordo com a Lei nº 9.717/1998, que trata do regime previdenciário dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação dessa lei refere-se à organização e ao funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, e dos militares dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) A aplicação dessa lei refere-se à organização e ao funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, apenas.
- (C) A aplicação dessa lei refere-se à organização e ao funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, apenas.
- (D) A aplicação dessa lei restringe-se à organização e ao funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União e dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, apenas.
- (E) A aplicação dessa lei restringe-se à organização e ao funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos militares dos Estados e do Distrito Federal, apenas.

7. Acerca da modalidade de desapropriação por interesse social, analise as assertivas abaixo.

- I. A competência para desapropriação rural por interesse social é concorrente entre a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios.
- II. Para a desapropriação rural por interesse social, a justa indenização deve refletir o preço atual de mercado do imóvel em toda sua totalidade, observando-se localização e dimensão do imóvel, aptidão agrícola, área ocupada, ancianidade da posse, funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias.
- III. Na desapropriação rural por interesse social, a taxa de juros compensatórios a ser aplicada entre 12 de junho de 1997 e 13 de setembro de 2001 é 6%, e, daí em diante, 12%.
- IV. A desapropriação para abastecimento da população, diante de sonegação especulativa por parte dos fornecedores, deixou de ser, com a Constituição Cidadã, modalidade de desapropriação por interesse social.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

8. No que se refere à improbidade administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Pode ser sujeito passivo do ato de improbidade administrativa pessoa para cuja criação o Poder Público doou imóvel equivalente a 70% do patrimônio da entidade.
- (B) O agente, mesmo para os casos de improbidade decorrente de ato em benefício próprio, poderá se valer do corpo jurídico do órgão para se defender, não necessitando despender recursos para a sua defesa.
- (C) Dentre as penas decorrentes de atos de improbidade administrativa está a de suspensão de direitos políticos.
- (D) Dirigente de entidade privada subvencionada pelo setor público pode ser enquadrado como sujeito ativo de ato de improbidade, se praticar um dos atos da tipificação penal do crime de improbidade administrativa.
- (E) Compete ao STF processar e julgar ação, discutindo ato de improbidade administrativa contra Ministro da própria Corte, e não ao juízo de 1º grau.

9. A respeito da figura do tombamento, assinale a alternativa correta.

- (A) As restrições referentes ao tombamento são de competência concorrente do Poder Executivo e Legislativo.
- (B) Bem imóvel, cuja destinação seja para atividades artístico-culturais, pode ser enquadrado na modalidade de tombamento de uso.
- (C) O conceito de patrimônio histórico e artístico adotado pelo tombamento é mais amplo do que aquele utilizado para determinar desapropriação.
- (D) Admite-se o tombamento geral de uma localidade, não havendo necessidade de procedimento administrativo para individualizar cada bem protegido.
- (E) O tombamento provisório é fase procedimental precedente ao tombamento definitivo.

10. Sobre as chamadas autarquias especiais, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A chamada competência decisória da agência especial abrange não só os conflitos entre concessionários e/ou permissionários, como também os decorrentes dessas pessoas e os usuários dos serviços e atividades por elas executadas.
- () À autarquia é permitido cobrar taxa de fiscalização e controle de serviços públicos delegados, ficando a arrecadação alocada no erário da autarquia.
- () O poder normativo detido pelas autarquias especiais lhes confere poderes para editar tanto as normas básicas de política legislativa quanto as normas técnicas.
- () Os ministérios não exercem poder revisional, de ofício ou por provocação, sobre os atos das agências quando ultrapassados os limites de sua competência ou contrariadas as políticas públicas do governo central.

- (A) V/ V/ F/ F
- (B) V/ F/ F/ V
- (C) F/ V/ V/ F
- (D) V/ F/ V/ F
- (E) F/ F/ F/ V

11. Acerca das diferenças entre os direitos transindividuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos difusos se originam a partir de uma relação jurídica.
- (B) Os direitos coletivos têm por objeto um bem jurídico divisível.
- (C) Os direitos individuais homogêneos se originam a partir de uma lesão comum.
- (D) Os direitos individuais homogêneos representam um grupo indeterminável.
- (E) Os direitos coletivos se originam a partir de uma situação de fato.

12. No que se refere ao controle judicial de políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A intervenção do Judiciário deve observar o cumprimento dos direitos de segunda geração, sem se preocupar em verificar a possibilidade de a Administração Pública atender ao determinado, dado que as prestações positivas de políticas públicas são obrigações constitucionais e, portanto, imperativas.
- (B) Um dos critérios a ser observado na intervenção do Judiciário no controle de políticas públicas é a razoabilidade da pretensão.
- (C) A Administração Pública, quando da prestação de assistência à saúde individual ou coletiva, submete-se aos requisitos legais, exceto no que se refere à conveniência e à oportunidade do ato administrativo.
- (D) O controle judicial não alcança a possibilidade de outorgar tutela específica para que a Administração Pública destine verba própria do orçamento para fim determinado.
- (E) No descumprimento de uma decisão judicial referente a políticas públicas, as sanções adotadas não podem deter natureza financeira (multa), apenas administrativa (intervenção) ou penal (responsabilização por ato de improbidade administrativa).

13. Quanto à legitimidade para propor Ação Civil Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A legitimidade entre os entes autorizados a propor ação civil pública é considerada concorrente e disjuntiva.
- (B) A legitimidade entre os entes autorizados a propor ação civil pública é concorrente, mas não disjuntiva.
- (C) A legitimidade entre os entes autorizados a propor ação civil pública é disjuntiva, mas não concorrente.
- (D) Somente podem propor ação civil pública aqueles entes indicados no rol taxativo da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
- (E) A legitimação para propor ação civil pública é predominantemente ordinária, por meio de substituição processual.

14. Sobre a figura da transação, na Ação Civil Pública, analise assinale a alternativa correta.

- (A) A transação, na ação civil pública, é instituto sinônimo do compromisso de ajustamento de conduta em inquérito administrativo, detendo, ambos, natureza judicial.
- (B) Ainda que existam vários autores em uma ação civil pública, o Ministério Público tem autonomia e legitimação para aceitar transação sem ouvir os demais.
- (C) Uma vez acordada a transação, cabe ao juiz apenas avaliar o preenchimento dos requisitos formais para homologá-la.
- (D) A transação não impõe ao legitimado renúncia de interesse em litígio, podendo versar apenas sobre a forma de cumprimento de obrigações pelo réu.
- (E) Quando celebrada transação por promotor de justiça em sede de ação civil pública, é obrigatória a homologação desta pelo Conselho Superior do Ministério Público.

15. Sobre o instituto do inquérito civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, os atos do inquérito civil são públicos, ressalvando situações de imposição e/ou dever de preservar sigilo, e, se da publicidade advier prejuízo à investigação.
- (B) A instauração de inquérito civil é de atribuição concorrente da autoridade policial e do Ministério Público.
- (C) Ainda que as provas colhidas em inquérito civil indiquem indícios de autoria e materialidade criminal, estas somente podem ser utilizadas para instruir ação civil pública.
- (D) A homologação do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público é mero ato administrativo, não havendo óbice a posterior propositura da ação civil pública pelo Parquet.
- (E) Diferentemente do inquérito policial, o inquérito civil não tem natureza inquisitiva, sendo assegurado o contraditório.

16. No que se refere à competência, aos efeitos da sentença e da coisa julgada na ação popular destinada à anulação de ato lesivo ao interesse público, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Dado que a decisão proferida na ação popular é desprovida de força vinculante, em sentido técnico, uma solução é usar o mandado de segurança com sucedâneo.
 - () Embora seja possível a declaração de inconstitucionalidade de lei em sede de ação popular, a sentença não tem efeito *erga omnes*.
 - () A sentença de uma ação popular tem eficácia oponível *erga omnes*, mesmo para o caso de haver sido julgada improcedente por deficiência de prova.
 - () A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.
- (A) V/ V/ F/ F
(B) V/ F/ F/ V
(C) F/ V/ V/ F
(D) V/ F/ V/ F
(E) F/ V/ F/ V

17. Dentre os princípios constitucionais referentes ao meio ambiente, assinale a alternativa que apresenta aquele que surgiu na Conferência de Estocolmo, em 1972, e que foi reforçado na maioria dos princípios da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro.

- (A) Participação.
- (B) Prevenção.
- (C) Desenvolvimento Sustentável.
- (D) Prevenção.
- (E) Poluidor Pagador.

18. No que se refere à responsabilidade civil, em matéria ambiental, de uma empresa que faz emissão de matéria poluidora na atmosfera, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela responde objetivamente pelos danos materiais em decorrência da teoria do risco integral, e danos morais *in re ipsa* em esfera individual e coletiva.
- (B) Ela responde objetivamente pelos danos materiais em decorrência da teoria do risco integral, e danos morais *in re ipsa* apenas em esfera coletiva.
- (C) Ela responde objetivamente pelos danos materiais em decorrência da teoria do risco integral, e danos morais comprovados em esfera individual e coletiva.
- (D) Ela responde subjetivamente pelos danos materiais em decorrência da teoria do risco integral, e danos morais *in re ipsa* em esfera individual e coletiva.
- (E) Ela responde subjetivamente pelos danos materiais em decorrência da teoria do risco integral, e danos morais comprovados em esfera individual e coletiva.

19. Sobre a oferta e a publicidade tratadas sob a ótica do direito consumerista, analise as assertivas abaixo.

- I. A demonstração do elemento subjetivo (dolo ou culpa), na propaganda enganosa, é irrelevante para a caracterização da publicidade ilícita no âmbito do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- II. Para que possa ser considerado um engano ao consumidor, a potencialidade da publicidade em induzi-lo em erro tem de ser provada, não podendo ser aferida em abstrato.
- III. No caso de oferta realizada com especificação errada pelo funcionário de uma loja, o fornecedor do produto vendido responde solidariamente pelo ato.
- IV. Para não mascarar os produtos estrangeiros ofertados, mesmo que haja similar expressão no vernáculo oficial brasileiro, o CDC autoriza a utilização de palavras estrangeiras; apenas havendo necessidade de apresentar junto com o produto, bula com as especificações legais necessárias no vernáculo português.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

<p>20. No que se refere à tutela dos interesses metaindividuais pelo Município e sobre direito ambiental, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O município não tem legitimidade para tutelar, diretamente, interesses metaindividuais, necessitando, portanto, do Ministério Público para tanto.</p> <p>(B) O município não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que discuta norma de postura, como, por exemplo, licença ambiental para construir em área considerada reserva florestal.</p> <p>(C) O município somente tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que discuta, exclusivamente, norma de postura, como, por exemplo, licença municipal para construir em área considerada reserva florestal.</p> <p>(D) O município não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública contra apenas um indivíduo, pessoa física, sendo a ação cominatória, no caso, a via processual adequada.</p> <p>(E) O município tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que trate de interesses difusos, em razão de danos ambientais, ainda que isso se baseie em norma de postura municipal referente a meio ambiente.</p>	<p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) II e IV, apenas.</p> <p>(E) III e IV, apenas.</p>
<p>21. Acerca do trabalhador avulso, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Trabalhador avulso é aquele empregado que presta serviço pelo período de até três meses.</p> <p>(B) Trabalhador avulso é aquele que, sem ser empregado, mantém relação de trabalho com um órgão gestor de mão de obra.</p> <p>(C) Trabalhador avulso é aquele empregado que presta serviço pelo período de até nove meses.</p> <p>(D) Trabalhador avulso é aquele empregado de um órgão gestor de mão de obra.</p> <p>(E) Trabalhador avulso é aquele que é prestador de serviços de profissões regulamentadas.</p>	<p>23. Sobre as diferenças e similitudes que permeiam entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, parceria, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Uma diferença existente entre o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviços é que o segundo exige, necessariamente, personalidade do trabalhador.</p> <p>(B) Tanto no contrato de trabalho quanto na empreitada a retribuição material se dá por critério de unidade de tempo.</p> <p>(C) A representação é a essência do mandato, enquanto que, no contrato de trabalho, ela é um elemento circunstancial.</p> <p>(D) Tanto o contrato de parceria rural quanto o contrato de trabalho apresentam subordinação como elemento de similitude.</p> <p>(E) O contrato de representação comercial se diferencia do contrato de trabalho na medida em que o primeiro detém como característica a eventualidade.</p>
<p>22. Sobre sucessão de empregadores, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. Não há sucessão trabalhista para o adquirente de ativos de empresa em recuperação judicial.</p> <p>II. Está presente a sucessão na continuidade, pelo sucessor, da atividade-fim da empresa.</p> <p>III. Quando da sucessão trabalhista, o sucessor fica responsável apenas pelos direitos decorrentes das relações de trabalho vigentes, não se estendendo a responsabilidade para débitos referentes a contratos já rescindidos.</p> <p>IV. A sucessão exige prova formal de existência para que possa ser determinada pelo juiz.</p>	<p>24. Acerca do término do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho não implica redução do valor de aviso prévio, décimo terceiro salário e das férias proporcionais a serem percebidos pelo ex-empregado.</p> <p>(B) Embriaguez crônica constitui hipótese de rescisão do contrato de trabalho pelo empregador por justa causa.</p> <p>(C) É obrigatória a especificação da natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o valor apenas para as situações de dissolução imotivada, pelo empregador, do vínculo empregatício.</p> <p>(D) É devido o pagamento proporcional da parcela participação nos lucros e resultados, ainda que o acordo coletivo ou norma regulamentar condicione a sua percepção ao fato do contrato de trabalho estar em vigor na data prevista para a distribuição de lucros.</p> <p>(E) É assegurado ao empregado, quando não deu razão ao término do contrato de trabalho por tempo indeterminado, o direito de haver do empregador indenização calculada pela média ponderada dos salários percebidos nos últimos dois anos.</p>

25. No tocante à remuneração do empregado, assinale a alternativa correta.

- (A) A remuneração das férias inclui a das horas extraordinárias habitualmente prestadas.
- (B) A gorjeta é mera liberalidade dos clientes do estabelecimento, não integrando a remuneração do empregado.
- (C) Se houver transporte público regular, em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- (D) O vale-refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, não tem caráter salarial, logo não integra a remuneração do empregado.
- (E) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, somente sujeita-se ao acréscimo do terço constitucional se devidamente gozadas.

26. Quanto aos períodos de descanso do empregado, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, o empregado tem direito a receber acréscimo de 50% a título de bonificação, sem natureza salarial. Possui natureza salarial a parcela prevista no artigo 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923/1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.
- (B) Entre duas jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de oito horas consecutivas para descanso.
- (C) É válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que contempla a supressão ou redução do intervalo intrajornada, dado que se é matéria passível de negociação coletiva.
- (D) Ultrapassada, habitualmente, a jornada de quatro horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra.
- (E) Trabalho prestado em feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

27. Sobre a aplicação de direito sindical aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A formação de sindicato de servidores públicos é vedada por lei.
- (B) A formação de sindicato de servidores públicos é possível, desde que os associados sejam excluídos do regime de contribuição legal compulsória exigível dos membros das categorias.
- (C) A formação de sindicato de servidores públicos não precisa observar o requisito de unicidade, dado a não previsão legal para tanto.
- (D) É possível dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados para apreciação exclusiva de cláusulas de natureza social.
- (E) Há impossibilidade jurídica de haver dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de direito público, dado a falta de previsão legal.

28. No que tange às situações vivenciadas pela Fazenda Pública ante a Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é passível de nulidade, somente lhe conferindo direito ao pagamento de contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitando o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos de FGTS.
- (B) Contratação de servidor público, anterior à Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é passível de nulidade, somente lhe conferindo direito ao pagamento de contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitando o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos de FGTS.
- (C) Contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é passível de nulidade, não lhe conferindo direito ao pagamento de contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas.
- (D) Contratação de servidor público, anterior à Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é passível de nulidade, não lhe conferindo direito ao pagamento de contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas.
- (E) Contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é passível de nulidade, não lhe conferindo direito ao pagamento de contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas, respeitando o valor da hora do salário mínimo, sem direito aos depósitos referentes ao FGTS.

<p>29. Assinale a alternativa que não traduz um dos princípios setoriais da seguridade social dispostos na Constituição Federal de 1988.</p> <p>(A) Seletividade. (B) Gestão centralizada da seguridade social. (C) Diversidade da base de financiamento. (D) Universalidade do atendimento. (E) Equidade na forma de participação no custeio.</p>	<p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas. (C) II e III, apenas. (D) II e IV, apenas. (E) III e IV, apenas.</p>
<p>30. O município, passando por séria crise em seu quadro de servidores, decide utilizar-se dos serviços de empresa de terceirização. Sobre a possibilidade de terceirização do serviço público, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. A terceirização de serviço público pode ser entendida como sendo a descentralização de serviços não só de atividade-meio como de atividade-fim exercida pela administração do município, de acordo com a sua necessidade e conveniência.</p> <p>II. Desde que inexistir pessoalidade e subordinação direta, não há vínculo de emprego entre o município e a pessoa contratada para prestar serviço de vigilância.</p> <p>III. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, pode gerar vínculo empregatício com a municipalidade.</p> <p>IV. O município responde subsidiariamente por inadimplemento das obrigações trabalhistas, caso, culposamente, não fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.</p> <p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas. (C) II e III, apenas. (D) II e IV, apenas. (E) III e IV, apenas.</p>	<p>32. Sobre as diferenças entre os sistemas de controle jurisdicional, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.</p> <p>() Controle abstrato é aquele em que não há um direito subjetivo <i>sub judice</i>, mas a validade da norma <i>in abstracto</i>.</p> <p>() O chamado controle difuso é oriundo do direito norte-americano, tendo por origem o caso <i>Marbury v. Madison</i>.</p> <p>() No modelo constitucional brasileiro, o exercício do chamado controle por via principal é um controle de ordem incidental, dado que a apreciação da inconstitucionalidade afeta diretamente o fundamento jurídico da decisão.</p> <p>() O chamado modelo austríaco de controle de constitucionalidade é prévio, ou seja, impede a interpretação da lei pelo juiz, devendo, este, consultar o legislativo, caso tenha alguma dúvida.</p> <p>(A) V/ V/ F/ F (B) V/ F/ F/ V (C) F/ V/ V/ F (D) V/ F/ V/ F (E) F/ V/ F/ V</p>
<p>31. Sobre as limitações do poder constituinte derivado reformador, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. A Constituição Federal de 1988 não indica limitação ao poder constituinte derivado reformador de ordem temporal.</p> <p>II. A Constituição Cidadã permite que, diante de situações excepcionais, tal como um Estado de Sítio, ela possa ser emendada para melhor enfrentar a crise, o que afasta uma eventual limitação de ocorrência do chamado poder constituinte derivado reformador de ordem circunstancial.</p> <p>III. Limitação do poder constituinte derivado reformador material implícita é aquela que detém cunho principiológico.</p> <p>IV. Limitação do poder constituinte derivado reformador de ordem procedimental é aquela que trata diretamente de contenção relativa ao conteúdo substancial do texto constitucional.</p>	<p>33. Acerca do controle de constitucionalidade de normas municipais, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A constitucionalidade de ofensa a direito local pode ser questionada via Recurso Extraordinário.</p> <p>(B) A representação de inconstitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal cabe aos Estados e às Câmaras de Vereadores, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão.</p> <p>(C) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é via adequada para exercício de controle abstrato de constitucionalidade de uma norma municipal.</p> <p>(D) O Tribunal de Justiça estadual, ao realizar o controle abstrato de constitucionalidade, somente pode utilizar, como parâmetro, a Constituição do próprio Estado.</p> <p>(E) Para o controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da lei orgânica municipal, basta a verificação do previsto na Constituição Federal de 1988.</p>

34. Acerca do remédio constitucional *habeas data*, assinale a alternativa correta.

- (A) É meio idôneo para obtenção de vista de procedimento administrativo.
- (B) É remédio constitucional adequado à solicitação de informações referentes ao próprio impetrante e a terceiros.
- (C) O exercício da pretensão jurídica, no *habeas data*, dá-se apenas para: (a) direito de acesso a registros; e, (b) direito de retificação de registros.
- (D) O STF somente tem competência para analisar matéria relativa a *habeas data* via Recurso Extraordinário.
- (E) Cabe *habeas data* para proteger a privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados.

35. Acerca da possibilidade ou impossibilidade de impetrar mandado de segurança e *habeas corpus*, analise as assertivas abaixo.

- I. O remédio constitucional *habeas corpus* não pode ser utilizado por estrangeiro não domiciliado no Brasil, devendo, no caso, ser imediatamente extraditado.
- II. A mera formulação, pelo Ministério Público, de pedido de interceptação telefônica não constitui possibilidade adequada para impetração de *habeas corpus*.
- III. Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- IV. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de seus associados depende de autorização desses.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

36. Sobre a instituição das regiões metropolitanas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) São instituídas por lei ordinária federal, a pedido do Estado-membro interessado, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (B) São instituídas por lei complementar federal, a pedido do Estado-membro interessado, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) São instituídas por lei ordinária estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) São instituídas por lei complementar estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (E) São instituídas por assinatura de convênio entre municípios limítrofes que queiram integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

37. Sobre a possibilidade de alteração para menor de valor percebido por servidor público, nos moldes da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a alteração, com supressão de parcelas, de proventos pagos a servidores públicos em atividade e aqueles já aposentados.
- (B) É possível a alteração, com supressão de parcelas, de forma unilateral e sem prévio procedimento administrativo só de vencimentos pagos a aposentados.
- (C) É possível a alteração, com supressão de parcelas, de proventos pagos a servidor público aposentado, desde que mediante direito de defesa em procedimento administrativo.
- (D) É possível a alteração, com supressão de parcelas, apenas para proventos pagos para servidor em exercício penalizado por infração disciplinar.
- (E) É possível a alteração, com supressão de parcelas, apenas para proventos pagos àqueles que ocupam cargo de gestão.

38. Quando o STF reconhece a inconstitucionalidade de uma lei estadual que aumenta em 1% a alíquota do ICMS e destina a referida majoração para atender aumento de capital da caixa econômica estadual, para financiamento de programa habitacional, o princípio orçamentário constitucional que está implicitamente mencionado na decisão judicial é o da

- (A) Unidade.
- (B) Programação.
- (C) Anterioridade.
- (D) Especialização.
- (E) Não afetação.

39. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta os mecanismos para se atingir os objetivos da ordem econômica e financeira.

- (A) Propriedade privada e busca do pleno emprego.
- (B) Soberania nacional e livre concorrência.
- (C) Existência digna a todos e justiça social.
- (D) Livre concorrência e valorização do trabalho humano.
- (E) Valorização do trabalho humano e livre iniciativa.

40. No que se refere ao município, quanto à saúde, à assistência social e à educação, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A prioridade de atuação dos Municípios é o ensino fundamental e a educação infantil.
- () Dispositivo da Constituição Estadual que impõe ao Município transportar, da zona rural para a sede municipal, alunos carentes da rede de ensino não afeta a sua autonomia, sendo que se trata de forma de cooperação técnica e financeira para programas educacionais.
- () O Sistema Único de Saúde (SUS) também é financiado pelos municípios, não se comportando como mero receptores e repassadores de verba de origem federal para instituições prestadoras de serviço.
- () A receita municipal destinada à seguridade social consta de seu orçamento, no entanto, em observância ao Princípio da Universalidade, integra o orçamento da União.

- (A) V/ V/ F/ F
- (B) V/ F/ V/ F
- (C) V/ F/ F/ V
- (D) F/ V/ V/ F
- (E) F/ V/ F/ V

41. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, "Participação em Constituição ou Aumento de empresas ou entidades comerciais ou financeiras" é classificado como sendo

- (A) Despesa Corrente.
- (B) Subvenção Econômica.
- (C) Encargos Diversos.
- (D) Investimento.
- (E) Inversão Financeira.

42. Assinale a alternativa que apresenta uma característica pertinente à lei que institui o Plano Plurianual, nos moldes do estabelecido, expressamente, na Constituição Federal de 1988, sobre Finanças Públicas.

- (A) Equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) Programas de duração continuada.
- (C) Anexo de riscos fiscais.
- (D) Medidas de compensação a renúncias de receita.
- (E) Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

43. Sobre os Precatórios, analise as assertivas abaixo.

- I. Os atos do Presidente do Tribunal relativos ao processamento e pagamento de precatórios não ostentam natureza jurisdicional, e sim, administrativa.
- II. Para que o pagamento de precatório seja incluído na Lei Orçamentária do ano seguinte, ele deve obedecer ao prazo de apresentação de 1º de julho.
- III. O município não pode ser solidariamente responsável pelo inadimplemento de precatório judicial devido por uma autarquia municipal em função da independência financeira e administrativa desta última.
- IV. O pagamento das obrigações legalmente consideradas de pequeno valor também deve ser objeto de expedição de precatório, assim como são os débitos de natureza alimentícia.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

44. Sobre as imunidades e as isenções tributárias, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A Constituição Federal de 1988, ao conferir à Lei Complementar a possibilidade de ela excluir serviços e outros produtos exportados para o exterior da incidência de ICMS, aponta para uma situação de imunidade.
- () Quando a Constituição Federal, no §7º do artigo 195, emprega a palavra "isenção", ela, na verdade, institui uma imunidade.
- () Isenção opera no plano da definição da competência e imunidade no plano da definição da incidência tributária.
- () A hipoteca, direito real de garantia, uma vez não mencionada no texto constitucional que estabelece a competência dos Municípios, relativamente ao ITBI, está respaldada por imunidade.

- (A) V/ V/ F/ F
- (B) V/ F/ F/ V
- (C) F/ V/ V/ F
- (D) V/ F/ V/ F
- (E) F/ V/ F/ V

45. No que tange ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços dados como "atividades-meio", carga e descarga de mercadoria, seu armazenamento para remanejamento no armazém ou em veículo de transporte, também estão sujeitos à incidência do ISS.
- (B) Quando um advogado residente em município A ingressa com uma ação judicial no município B, o ISS referente aos serviços prestados relacionados a essa ação judicial é devido ao município B.
- (C) Desconto incondicional concedido por um comerciante não integra a base de cálculo do ISS.
- (D) Incide ISS sobre o percentual adicional às contas, pelos hotéis e restaurantes, a título de gorjeta.
- (E) O local de incidência do ISS é definido como sendo aquele em que o contrato foi celebrado.

46. No que se refere à Contribuição de Melhoria, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus de comprovação da valorização imobiliária, decorrente da realização de uma obra pública, é do contribuinte e não do ente público.
- (B) O fato gerador da Contribuição de Melhoria é o custo da obra pública, e não a valorização do imóvel decorrentes da realização da obra pública, impedindo-se, assim, alegações de presunção de valorização.
- (C) A Contribuição de Melhoria é de competência apenas dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) A Contribuição de Melhoria somente pode ser cobrada dos proprietários de imóveis situados dentro da zona urbana do município.
- (E) Em havendo desvalorização do imóvel em decorrência da obra pública realizada, a Contribuição de Melhoria não poderá ser cobrada.

47. Sobre a discriminação ou repartição das receitas tributárias, nos moldes do estabelecido na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Pertence ao Distrito Federal o produto da arrecadação de IR, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) Pertencem aos Estados-membros e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação de IPI arrecadado em seus territórios.
- (C) Pertencem ao Município 50% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território.
- (D) Pertence aos Municípios até $\frac{1}{4}$, de acordo com a lei estadual, dos 25% do produto da arrecadação do ICMS.
- (E) Pertencem ao Município 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis nele situados.

48. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma hipótese de suspensão, de exclusão e de extinção do crédito tributário.

- (A) Parcelamento, Anistia e Remissão.
- (B) Compensação, Imunidade e Pagamento.
- (C) Prescrição, Recurso em Âmbito Administrativo e Transação.
- (D) Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, Não incidência, Moratória.
- (E) Depósito do montante integral, Isenção e Não incidência.

49. No que se refere à inscrição do crédito tributário, na dívida ativa, analise as assertivas abaixo.

- I. O sujeito passivo tem direito à notificação quanto à inscrição do crédito tributário contra ele lançado.
- II. A presunção de certeza e liquidez do crédito tributário, inscrito na dívida pública, é relativa.
- III. A inscrição do crédito tributário tem caráter jurisdicional, uma vez que cria título que lastreia a execução fiscal.
- IV. A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de primeira instância, quando tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

50. Sobre sigilo fiscal referente a informações oriundas da Receita Federal do Brasil (RFB), a possibilidade de divulgação dessas informações e suas limitações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Em face do Ministério Público da União, não existe sigilo fiscal.
 - () Requisições de informações oriundas de Comissões Parlamentares de Inquérito Estaduais, Distritais e Similares de Câmaras de Vereadores não podem ser negadas com base em sigilo fiscal.
 - () Existe sigilo fiscal em face de Delegado da Polícia Federal, mesmo para aquelas informações referentes a sujeito passivo e dados referentes a auto de infração que deram origem a inquérito policial em andamento e sob cuidados desse mesmo Delegado.
 - () Em face de um Juízo Arbitral, aplica-se a regra de sigilo fiscal.
- (A) V/ V/ F/ F
 - (B) V/ F/ F/ V
 - (C) F/ V/ V/ F
 - (D) V/ F/ V/ F
 - (E) F/ V/ F/ V

51. Sobre o enquadramento jurídico de um nascituro, analise as assertivas abaixo.

- I. A morte de um nascituro em um acidente de carro – óbito fetal – também é passível de ser indenizado, mesmo que o feto ainda não tenha personalidade jurídica.
- II. Em que pese a existência legal de uma pessoa natural terminar com a morte, esta existência também deve considerar a vida uterina para efeitos de direitos.
- III. O enquadramento do nascituro deve ser efetuado, sempre, de forma literal, dado a condicionante de aquisição de personalidade jurídica ao nascimento da pessoa.
- IV. A teoria adotada pelo Código Civil de 2002, para tratar do nascituro, contrariando o disposto no Código Civil de 1916, é aquela que a doutrina mais moderna chama de natalista.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

52. Acerca da sociedade cooperativa, de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- (A) A cooperativa deve ser considerada empresária, independentemente de seu objeto.
- (B) A cooperativa deve ser considerada empresária, de acordo com o seu objeto social.
- (C) A cooperativa deve ser considerada uma sociedade simples, independentemente de seu objeto.
- (D) A cooperativa deve ser considerada uma sociedade simples, de acordo com o seu objeto social.
- (E) A sociedade pode ser considerada simples ou empresária, variando de acordo com o seu objeto social.

53. Sobre a desconconsideração da personalidade jurídica – *disregard of legal entity* – de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de abuso da personalidade jurídica, a desconconsideração somente poderá ser decretada mediante a caracterização, conjunta, de desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- (B) A desconconsideração da personalidade jurídica, aplicada às relações jurídicas empresariais, é análoga àquela visualizada nas relações de consumo e de trabalho.
- (C) O encerramento das atividades ou dissolução irregulares de uma sociedade são causas, por si só, para a desconconsideração da personalidade jurídica.
- (D) Só se aplica a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante desvio da finalidade ou confusão patrimonial.
- (E) As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos não estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica.

54. Sobre os prazos prescricionais previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (B) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (C) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa.
- (D) Prescreve em 1 (um) ano a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que vencerem.
- (E) Prescreve em 1 (um) ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

55. Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Dá-se novação quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao anterior, ficando o devedor quite com este.
 - () Ainda que as dívidas sejam ilíquidas e não vencidas, elas podem ser objeto de compensação.
 - () Somente se verifica a confusão sobre a totalidade da dívida.
 - () A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.
- (A) V/ V/ F/ F
 - (B) V/ F/ F/ V
 - (C) F/ V/ V/ F
 - (D) V/ F/ V/ F
 - (E) F/ V/ F/ V

56. Sobre o contrato de mandato, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da ciência da interdição do mandante, o mandatário não mais poderá concluir o negócio iniciado, ainda que haja perigo na demora.
- (B) A comunicação ao mandatário da nomeação de outro, para o mesmo negócio, não revoga o mandato anterior, o qual prescinde de revogação específica.
- (C) Quando a cláusula de irrevogabilidade tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será ineficaz.
- (D) A outorga de mandato por instrumento público não admite substabelecimento particular.
- (E) O terceiro com quem o mandatário tratar não pode exigir que a procuração traga a firma reconhecida.

57. Sobre a hipótese de o município configurar como alienante de um contrato de venda e compra, assinale a alternativa correta.

- (A) O município apenas necessita observar as regras de direito privado indicadas no Código Civil.
- (B) A venda, pelo município, de imóveis residenciais construídos no âmbito de programas habitacionais não está sujeita à licitação.
- (C) O município não pode se desfazer de bens públicos, dado a inalienabilidade desses últimos.
- (D) O município somente pode se desfazer de bens categorizados como de uso comum do povo ou especial, não podendo, assim, proceder quanto aos dominicais.
- (E) Dentre os requisitos para que seja efetuada a venda de bem público imóvel, não consta autorização legislativa.

58. Sobre as modalidades de usucapião, analise as assertivas abaixo.

- I. Uma autarquia municipal pode ser usucapiente de área imóvel via modalidade de usucapião ordinária.
- II. A usucapião especial de imóvel urbano não exige justo título e boa-fé para adquirir a propriedade.
- III. Bens públicos não afetados podem ser adquiridos apenas via usucapião extraordinária.
- IV. Ainda que seja proprietário de imóvel urbano, uma pessoa pode ser usucapiente de área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares por meio da modalidade chamada usucapião agrária.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

59. Acerca do que se considera herança jacente e vacante, analise as assertivas abaixo.

- I. Entende-se por herança vacante aquela que precede à herança jacente, na inexistência de herdeiro certo ou determinado ou quando não se sabe de sua existência, ou ainda quando a herança é repudiada.
- II. A herança jacente pode, embora não tenha personalidade jurídica, representada por seu curador, ingressar com ação de reintegração de posse.
- III. A declaração de vacância deve ser declarada em até 5 (cinco) anos após a abertura da sucessão, sendo que os bens passarão, imediatamente, ao domínio do Estado-membro em que estiverem localizados.
- IV. A preclusão do direito dos herdeiros colaterais, os quais devem reclamar seus direitos por meio de ajuizamento de ação direta de petição de herança, se dá com a sentença que declara a vacância.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

60. Assinale a alternativa que **não** consiste em um dos princípios dos direitos autorais.

- (A) Prévia autorização.
- (B) Individualidade de proteção.
- (C) Independência das utilizações.
- (D) Formalização da proteção.
- (E) Temporariedade.

61. No que se refere ao sequestro de rendas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Somente pode ser utilizado para situações de preterimento de direito de precedência do detentor de um precatório.
- () O sequestro tem natureza híbrida, uma vez que, para o primeiro credor da ordem de pagamento tem natureza satisfativa, e, para qualquer outro, natureza cautelar.
- () Em que pese as diferenças teóricas existentes entre o conceito de pedido de sequestro de rendas públicas e da intervenção, ambos instrumentos somente podem ser utilizados quando o ente público deveria ter realizado pagamento de precatórios e não o fez.
- () Em havendo preterição na ordem cronológica de pagamento de precatórios, a autorização de sequestro de rendas não exige que todas as parcelas contidas em um precatório que "furou a fila" estejam liquidadas.

- (A) F/ V/ F/ V
- (B) V/ F/ V/ F
- (C) V/ F/ F/ V
- (D) F/ V/ V/ F
- (E) V/ V/ F/ F

62. Acerca dos critérios que determinam a competência de autoridade judiciária brasileira em nível internacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que o imóvel esteja situado no Brasil, a competência pode ser de autoridade judiciária estrangeira, em função do domicílio da pessoa.
- (B) A ação judicial em trâmite perante tribunal estrangeiro dá causa à litispendência, obrigando a sobrestamento do feito de ação judicial no Brasil, caso, entre elas, fique evidente a existência de elementos de conexão e a ação no Brasil for mais recente.
- (C) Não há necessidade de haver uma agência ou filial regularmente constituída para que a empresa estrangeira possa ser ré de ação em território brasileiro.
- (D) A cláusula contratual de eleição de foro, no exterior, afasta a possibilidade de eventual conflito ser apreciado sob jurisdição brasileira.
- (E) A competência é relativa para proceder a partilha de bens situados no Brasil quando os herdeiros forem estrangeiros e residirem fora de território nacional.

63. Mediante apresentação do consentimento do réu, assinale a alternativa que apresenta até que momento do andamento da lide o pedido de alteração da causa de pedir da ação judicial pode ser protocolado em Juízo.

- (A) Antes de despachada pelo juiz.
- (B) Antes da citação do réu.
- (C) Antes da primeira audiência.
- (D) Antes de saneado o processo.
- (E) Antes de despacho determinando apresentação de alegações finais.

64. Sobre as diferenças existentes entre as chamadas tutelas de urgência, analise as assertivas abaixo.

- I. O deferimento da tutela cautelar exige que haja, dentre outros elementos, prova inequívoca, capaz de convencer o juiz da verossimilhança das alegações, e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- II. O manifesto propósito protelatório do réu, por si só, não dá ensejo a pedido de tutela antecipada, necessitando de outros elementos para tanto.
- III. A exibirória é uma espécie de tutela cautelar com natureza autônoma, podendo ter natureza tanto preparatória quanto incidental.
- IV. Se a decisão da liminar apenas garantir o resultado final da lide, trata-se de tutela cautelar.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

65. No que tange à revelia, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A decretação da revelia com a imposição da presunção relativa de veracidade dos fatos narrados, na petição inicial, não impede que o réu exerça o direito de produção de provas, desde que intervenha no processo antes de encerrada a fase instrutória.
 - () A irregularidade de representação processual, decorrente de morte do procurador do réu, deve ser entendida como mera irregularidade sanável, e não situação ensejadora de revelia.
 - () Contra o réu revel, verifica-se a ocorrência de preclusão apenas em relação aos atos processuais ocorridos anteriormente ao seu comparecimento.
 - () A revelia, que decorre do não oferecimento de contestação ou de reconvenção ou mesmo qualquer interesse em intervir no processo, enseja presunção absoluta de veracidade dos fatos e do direito.
- (A) F/ V/ F/ V
(B) V/ F/ V/ F
(C) V/ F/ F/ V
(D) F/ V/ V/ F
(E) V/ V/ F/ F

66. Em um processo de reparação cível, pode-se verificar a ocorrência de dois fatos: (i) juntada de documentos em idioma inglês; e, (ii) em audiência de instrução, a colheita, pelo juiz, de depoimento de um cidadão espanhol sem intérprete. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatória a apresentação de prova documental acompanhada de tradução juramentada para o idioma português, e, também, obrigatória, a coleta de depoimento acompanhada de intérprete juramentado.
- (B) É obrigatória a apresentação de prova documental acompanhada de tradução juramentada para o idioma português; e a coleta de depoimento pode ser realizada pelo próprio juiz, mesmo sem intérprete, desde que ele mesmo, juiz, verta o depoimento para o português mediante concordância expressa das partes de que entenderam as informações prestadas.
- (C) A apresentação de prova documental pode ser acompanhada de tradução realizada pelo próprio patrono responsável, dispensando-se a tradução juramentada; e, quanto à coleta de depoimento, esta pode ser realizada em qualquer outro idioma, devendo o juiz e as partes se encarregarem de compreender o conteúdo por meio de um intérprete qualquer.
- (D) É facultativa a apresentação de prova documental acompanhada de tradução juramentada para o idioma português, e obrigatória a coleta de depoimento acompanhada de intérprete juramentado.
- (E) Dada a condição de "língua franca" internacional do idioma inglês e a proximidade linguística do espanhol para com o português, é facultado ao juiz perguntar às partes e aos patronos se haverá, ou não, necessidade de vertê-los ao português.

67. Sobre o instituto da súmula vinculante, assinale a alternativa correta.

- (A) O instituto da súmula vinculante tem inspiração na teoria dos precedentes do direito alemão, a fim de garantir a completude e o respeito às decisões emanadas do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.
- (B) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante devem ser aprovados por maioria simples, em sessão plenária.
- (C) O município tem legitimidade para propor, diretamente, pedido de revisão de enunciado de súmula vinculante.
- (D) Caberá reclamação dirigida diretamente ao STF contra decisão judicial ou ato administrativo que aplique indevidamente o enunciado de súmula vinculante.
- (E) Os enunciados sobre os quais são atribuídos eficácia vinculante têm, por objeto, a fixação de entendimento do STF de validade, interpretação e eficácia apenas de legislação federal, em face do texto constitucional.

68. Sobre o efeito suspensivo, nos embargos de execução, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de execução, via de regra, são dotados de efeito suspensivo.
- (B) O juiz deverá, *ex officio*, atribuir efeito suspensivo aos embargos diante da presença dos seguintes requisitos: i. relevância dos seus fundamentos; ii. prosseguimento da execução que manifestamente pode causar grave dano ou difícil ou incerta reparação; e, iii. prova de existência comprovada de penhora, depósito ou caução suficientes.
- (C) O juiz poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos desde que conste os seguintes requisitos: i. requerimento do embargante; ii. relevância dos seus fundamentos; iii. prosseguimento da execução que manifestamente pode causar grave dano ou difícil ou incerta reparação; e, iv. existência comprovada de penhora, depósito ou caução suficientes.
- (D) O juiz poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos mediante os seguintes requisitos: i. prosseguimento da execução manifestamente pode causar grave dano ou difícil ou incerta reparação; e, ii. existência comprovada de penhora, depósito ou caução suficientes.
- (E) Em havendo comprovação de existência de penhora, depósito ou caução suficientes nos autos, automaticamente, o juiz deverá conceder efeito suspensivo aos embargos de execução.

69. Acerca da hasta pública, utilizando-se do que determina o Código de Processo Civil e a Lei das Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980), analise as assertivas abaixo.

- I. Diante da procedência de eventual embargos do executado, se não for fundado em vício intrínseco à arrematação realizada em hasta pública, não afeta a eficácia do ato e dos interesses do arrematante.
- II. O impedimento de arrematar diz respeito apenas ao serventário da Justiça que esteja diretamente vinculado ao juízo que realizar o praxeamento.
- III. Em hasta pública oriunda de execução fiscal, é obrigatória a publicação do edital em jornal de ampla circulação.
- IV. Erro de grafia no nome da parte executada vicia o edital de hasta pública, impossibilitando a arrematação do bem.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

70. Quanto ao procedimento de Execução Fiscal (Lei Federal nº 6.830/1980), assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência, mesmo depois de oferecido os embargos, exime o exequente dos encargos de sucumbência.
- (B) A intimação do devedor, quanto a dia e à hora da realização do leilão, deve ser via imprensa oficial.
- (C) A mudança de domicílio do executado, após propositura da execução fiscal, desloca a competência.
- (D) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal, no que se refere às matérias conhecíveis de ofício, ainda que demandem dilação probatória.
- (E) A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do juiz.

PEÇA PROCESSUAL

Em 01/01/2010, José Arcadio, domiciliado em Laranjal, locou, por 5 (cinco) anos, um pequeno galpão situado no centro “velho” da metrópole de Macondo, de propriedade de Úrsula, domiciliada em Limoeiro, com o objetivo de ali instalar uma fábrica de gelo. A fábrica funcionou pelo período de 1 (um) ano. O negócio não deu certo e José Arcadio sublocou o local para Nueva Cuisine Ltda., empresa criada por Aureliano, ambos com domicílio em Manguezal. Aureliano, recém-chegado de um curso de culinária na França, transformou o local em um bistrô. Graças à competência do jovem “Chef”, o negócio virou um sucesso e tem, inclusive, ajudado a revitalizar aquela região da cidade. No início de 2014, Aureliano, que se preocupava em manter o seu restaurante naquele endereço, por conta de eventual aumento exagerado no valor do aluguel, procura um advogado para analisar o caso e tomar as medidas cabíveis. Com base na legislação em vigor, elabore a peça processual **mais adequada** para resguardar os interesses de Aureliano frente a José Arcadio e Úrsula.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO